



O TERRITÓRIO DA ILHA DO FERRO, EM PÃO DE AÇÚCAR, ALAGOAS A PARTIR DO PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO DO PESCADOR ARTESANAL

Dirceu Ribeiro Dias ¹
Paulo Rogério de Freitas Silva ²

RESUMO

O programa Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), ou “Seguro Defeso”, implantado no início dos anos 1990, representa uma importante política pública socioambiental no Brasil. Ele assegura a preservação de espécies aquáticas e garante renda aos pescadores artesanais durante o período de defeso. No entanto, esse programado pensado a nível nacional se territorializa com especificidades condicionadas pelos lugares onde são implementados, como observado na Ilha do Ferro, município de Pão de Açúcar, Alagoas, às margens do rio São Francisco. Sendo assim, desenvolvemos este estudo objetivando analisar o planejamento, a implementação e os efeitos do programa que podem ser apreendidos a partir do uso do território em foco. Metodologicamente, faz-se uso de dados públicos, entrevistas semiestruturadas realizadas aos representantes sindicais. Os resultados indicam que o SDPA fortaleceu o fluxo de renda e a fixação dos ribeirinhos no seu território, permitindo a aquisição de bens essenciais e reforçando a luta por direitos e cidadania. A política, portanto, revela-se estratégica na manutenção da pesca artesanal e na configuração territorial da Ilha do Ferro.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Território usado; Baixo São Francisco; Seguro Defeso; Pescadores.

ABSTRACT

The Unemployment Insurance Program for Artisanal Fishers (SDPA), also known as “Seguro Defeso,” implemented in the early 1990s, represents an important socio-environmental public policy in Brazil. It ensures the preservation of aquatic species and provides income to artisanal fishers during the closed season. However, this program, originally designed at the national level, becomes territorialized with specific characteristics conditioned by the places where it is implemented, as observed in Ilha do Ferro, municipality of Pão de Açúcar, Alagoas, on the banks of the São Francisco River. Thus, this study aims to analyze the planning, implementation, and effects of the program that can be understood from the perspective of the use of the territory in focus. Methodologically, the research draws on public data and semi-structured interviews conducted with union representatives. The results indicate that the SDPA has strengthened income flows and contributed to the permanence of riverside communities in their territory, enabling the acquisition of essential goods and reinforcing the struggle for rights and citizenship. Therefore, the policy proves to be strategic for the maintenance of artisanal fishing and the territorial configuration of Ilha do Ferro.

Keywords: Public Policies; Used Territory; Lower São Francisco; *Seguro Defeso*; Fishers.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, dirceu.dias@igdema.ufal.br ;

² Docente do IGDEMA – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFAL - Universidade Federal de Alagoas, paulo.silva@igdema.ufal.br;



Desde a implementação no início da década de 1990, o programa Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) – conhecido também como “Seguro Defeso”, tem se constituído a partir do seu planejamento como uma política pública socioambiental, sendo de fundamental importância na manutenção da atividade pesqueira artesanal e na preservação de espécies de biomas aquáticos brasileiros (Chaves, 2018). No entanto, o resultado desses programas pensados a nível nacional se territorializa com especificidades condicionadas pelo contexto dos lugares onde são implementados.

Nesse sentido, a presente pesquisa sobre esta temática objetiva analisar o planejamento, a implementação e os efeitos do programa que podem ser investigados a partir do uso do território ribeirinho do povoado Ilha do Ferro, município de Pão de Açúcar, Alagoas, à margem esquerda do rio São Francisco. O programa se estabelece como uma compensação de renda para os pescadores no período de reprodução dos peixes, onde esses novos rendimentos se acumulam às diferentes atividades desenvolvidas pelos pescadores contemplados, o que reduz os processos migratórios em busca de trabalho e reorganiza o território ribeirinho através dos diversos usos (Silveira, 2011; Santos, 1999).

As análises dessas transformações que se estabelecem na dinâmica do território, perpassam pela construção de hidroelétricas que alteram significativamente a atividade pesqueira no baixo São Francisco e, sobretudo, pela reorganização territorial que o programa SDPA desencadeou com a transferência de renda. Assim, é através das especificidades da materialização desse benefício na luta pela constituição do território que buscamos apreender os processos desencadeados por esta política pública. Para Rossi (2013) “a perspectiva territorial nas políticas públicas abrange a discussão sobre os procedimentos envolvidos no processo de reconhecimento contínuo do território que estas ajudam a produzir”.

Alinhada ao objetivo geral desta pesquisa que analisa o planejamento, a implementação e os efeitos do programa investigados a partir do uso e da reorganização do território, partiremos, inicialmente, dos seguintes objetivos específicos: entender as interfaces do planejamento da política com os territórios que serão bases para sua realização; em seguida, analisar até que ponto a implementação desse programa corresponde ao planejado; e por fim, investigaremos os efeitos do programa a partir dos novos usos e da reorganização territorial.

Dessa forma, para a execução dos objetivos propostos, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisando trabalhos científicos sobre a região, as leis que regulamentam o programa e o histórico dos contemplados através dos dados disponibilizados na transparência do governo federal. Além disso, fez-se visita de campo e uso de entrevistas



semiestruturadas com representantes da colônia dos pescadores do município e de lideranças dos movimentos regionais e nacionais.

Os resultados obtidos demonstram que a transferência de renda realizada através do programa contribuiu para a fixação da população ribeirinha em seus territórios, realizando um novo fluxo de renda entre as vilas e a própria cidade do município. O benefício, em decorrência do aumento do valor, consolidou-se como renda “extra” para a aquisição de produtos fundamentais para a manutenção das atividades domésticas, o que reduziu a migração e fomentou a cadeia de luta pelo acesso à cidadania no baixo São Francisco.

METODOLOGIA

A busca pela compreensão da realidade no mundo atual, marcado pela globalização neoliberal e pela intensificação dos processos entre e nos lugares, exige uma abordagem totalizante, isto é, sob a perspectiva da noção de espaço e totalidade, parte-se da totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a totalidade-mundo e os lugares, decompondo a realidade concreta (Santos, 2002). Na Ilha do Ferro, a constituição do território é marcada pelas contradições e desigualdades no processo histórico de povoamento, herdando relações que se estabelecem até o período atual e que busca ser contidas/suprimidas pelos programas de políticas públicas. Esse cenário, marcado por contradições e processos dialéticos, orienta o desenvolvimento desta pesquisa à luz do materialismo histórico-dialético.

Segundo Gil (1999, p. 32), “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais etc.”. Tendo em vista a concepção filosófica e o objeto de estudo, faz-se necessária a utilização de diversos métodos procedimentais e técnicas de pesquisa que possibilitem a compreensão e a exploração dos objetivos específicos e das categorias de análise discutidas ao longo desta pesquisa.

Nesse sentido, para alcançar uma compreensão abrangente do objeto de estudo sob uma perspectiva materialista, serão empregados métodos procedimentais como análise histórica, estatística, comparativa, espacial e estudo de caso. Essa abordagem permitirá avançar na realização dos objetivos específicos, considerando que a atuação do programa SDPA tem implicado na reconfiguração do território.



Além disso, serão utilizadas técnicas de coleta de dados, como pesquisa bibliográfica e documental, realização de entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e, para fornecer uma análise detalhada e contextualizada. Metodologicamente, operacionalizou-se a análise do programa apreendendo seu objeto enquanto política pública socioambiental, sua implementação no território e os resultados obtidos.

A análise da territorialização dessa política realiza-se através do arcabouço teórico, metodológico e conceitual utilizado, interligado às técnicas de coleta de dados mencionadas nesta base metodológica, sendo essencial estabelecer a relação entre o local, o regional e o global, sendo o jogo das escalas, como atesta Castro (2000, p. 138), “um jogo de relações entre fenômenos e amplitude de naturezas diversas”.

REFERENCIAL TEÓRICO

Obras como as de Santos (2010) e Costa (2010) possibilitam compreender a Ilha do Ferro em tempos de menor intensidade de ações externas que provocaram dinâmicas na produção artística, nas relações de trabalho, na vida social dos moradores e no território. Esses trabalhos, através da análise histórica e comparativa, junto aos estudos atuais que investigam esses processos transformadores, permite entender os caminhos trilhados e os desdobramentos desencadeados pela territorialização do capital. Barros (2017) e Dias, Costa e Santos (2024) investigam diferentes momentos vívidos pelos/as artistas, destacando a importância da arte popular enquanto economia criativa que se tornou principal fonte de renda para os/as artistas.

Nesse sentido, faz-se necessário intercalar uma análise geográfica a partir dos autores que embasam a investigação dos diferentes usos do território, da apropriação territorial, da reprodução e territorialização do capital, entendendo através da dialética as contradições presentes nas relações de trabalho e nos conflitos sociais. Como é evidenciado por Dias e Sousa (2024), a renda e a média salarial dos/as artistas nos provocam a pensar o povoado inserindo os moradores como agentes centrais da reflexão, contramão da mídia que vende o lugar para o turismo e contribui para a expulsão dos nativos.

Para uma análise minuciosa do território e do fenômeno abordado na presente pesquisa, parte-se da análise espacial enquanto materialização de processos históricos que constituem as dinâmicas do tempo presente. Partindo desse pressuposto, avançando do conjunto de fixos e fluxos, do sistema de objetos e sistema de ações, como propõe Santos (2002), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o



quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2002, p. 39). É através desta indissociabilidade processual que o espaço geográfico é condição para a realização das dinâmicas que caracterizam o período atual.

A compreensão da organização espacial só se torna possível mediante a interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo (Santos, 2012). Segundo o autor, a forma é o aspecto visível de uma coisa, um arranjo ordenado de objetos materiais, enquanto a função está associada às atividades estabelecidas em uma forma, podendo ser alterada sua funcionalidade. A estrutura pode ser compreendida como a relação de todas as partes ou fragmentos de um todo espacial. O processo, transversal neste base teórico-conceitual, pode ser definido como uma ação contínua que modifica as ações, as formas e a estrutura, implicando conceitos mudanças na organização espacial.

A abordagem desses conceitos, quando realizada de forma indissociável, constitui um arcabouço teórico metodológico que proporciona uma análise da totalidade. Para Corrêa (2020, p. 37), o espaço “[...] é dividido em unidades territoriais controladas por uma comunidade aldeã, uma Cidade-Estado, uma organização religiosa, o Estado moderno, poderosas empresas ou grupos que se identificam por uma dada especificidade e uma dada porção do espaço”. Com isso, a fragmentação do espaço geográfico em territórios possibilita compreender os processos dialéticos existentes em determinados recortes espaciais.

Segundo Santos (1999, p. 18), o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado, é através do território usado, no lugar ou conjunto de lugares, que se concretizam os conflitos sociais pela apropriação do espaço. O território usado pode ser mais adequado à noção de um território em mudança, de um território em processo.

Nesse sentido, recorre-se a categoria território usado para entender a essência dos objetos e das ações que se dão no espaço e nos permitem refletir que rumo estamos tomando. Sobretudo como um norteador na análise das relações e condições de trabalho discutidas neste trabalho, pois, para Souza (2019, p. 07) “Seu estudo nos permite verificar a forma como a sociedade produz e se organiza pelo uso do território, seus objetos geográficos, hoje cada vez mais tecnificados, a partir das ações realizadas por sujeitos, em função de seus interesses”.

Assim, o uso do território é influenciado por um conjunto de interesses acumulados e, por vezes, conflitantes, que são desencadeados por ações contraditórias que o capital impõe com toda a sua voracidade. No território normativo, o uso está intrinsicamente associado às intenções políticas e do Estado. Enquanto no espaço banal, ou território de todos, as ações visam à sobrevivência e à reprodução do capital por meio de horizontalidades. São esses usos, por sua vez, moldados pelas dinâmicas dos lugares e instituídos por eventos solidários que

revelam interesses específicos. (Souza, 2019, p. 07).

A ILHA DO FERRO

O topônimo Ilha do Ferro, como alguns geógrafos nos provocam refletir sobre, tem sido um desafio para os moradores e os pesquisadores que se debruçaram sobre o povoado. As narrativas dos moradores associam as famílias tradicionais na comunidade como sobrenome Ferro e aos aspectos geográficos, como alguns períodos ilhados pelos afluentes e subafluentes do rio São Francisco. Em sua pesquisa no povoado, Barros (2017) associou o nome Ilha do Ferro à árvore nativa da região denominada de pau ferro, dado o contexto histórico que o topônimo aparece no século XVII. A autora traz, como destacado na figura 1, o nome Ilha do Ferro em mapa do cartógrafo holandês Joan Blaeu, datado de 1665.

Figura 1 – Primeiro Mapa da Capitania de Sergipe Del Rey.



Fonte: Barros, 2017.

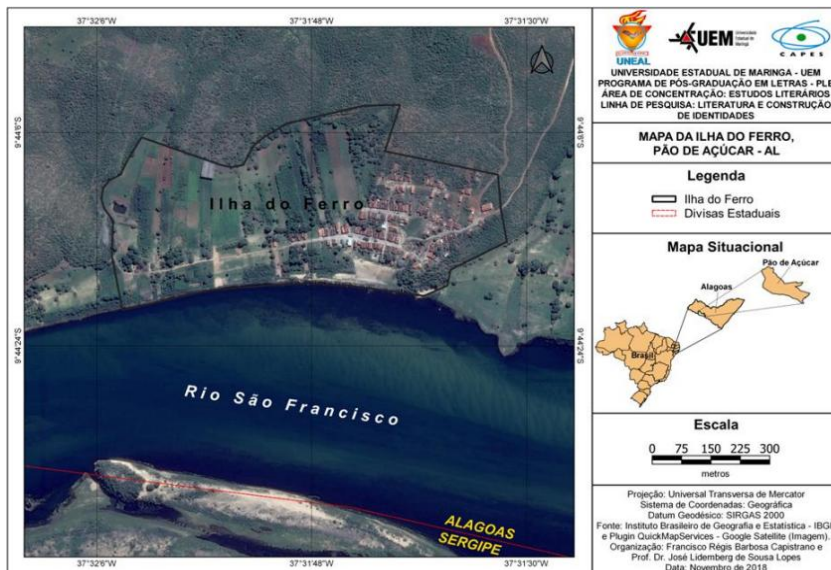
A presença do nome Ilha do Ferro no mapa mencionado, além de mostrar a antiguidade da sua formação com a presença de colonizadores portugueses e holandeses, permite destacar o papel desempenhado por profissionais da cartografia, que praticavam o saber geográfico, com a descrição das paisagens dos aspectos físico-naturais do Baixo São Francisco.

Localizada a 16km da sede do município, a cidade de Pão de Açúcar, e a 250km da capital do estado de Alagoas, Maceió, o povoado conta com 295 habitantes, segundo dados disponibilizados pelos agentes de saúde em exercício no lugar. Entre agosto de 2016 a julho de 2017, em pesquisa domiciliar, Barros (2017) contabiliza uma média de 400 habitantes na Ilha



do Ferro. Essa redução da população do povoado é resultado do processo de expropriação e apropriação das terras e das casas dos nativos, culminando na especulação imobiliária que impossibilita os moradores locais de comprar as próprias casas de herança.

Mapa 1 – Localização do povoado Ilha do Ferro.



Fonte: Costa, 2019.

Os principais serviços e meios de sobrevivência tem variado ao longo dos anos no povoado. O fato de estar situada à margem do rio São Francisco tem historicamente condicionado os moradores a fazerem uso da atividade pesqueira e da agricultura para seu sustento, sendo essas duas as atividades que perduraram por mais tempo, algumas pessoas atualmente ainda aderem ao ofício. A olaria com a produção de tijolos também está entre as atividades outrora presentes. Logo, muitas casas da Ilha do Ferro foram construídas com os tijolos produzidos no povoado. Nessas práticas, percebe-se a baixa presença do capital e um trabalho pautado na manutenção das condições de subsistência. Dentre essas atividades, tinha a construção de barcos para navegação de pessoas, cargas, pescaria e canoas de corrida, como mostra a figura 2, uma das principais tradições do Rio São Francisco.

Figura 2. Canos de Corrida no Baixo São Francisco.



Foto: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Durante esse histórico de atividades desempenhadas pelos moradores da Ilha do Ferro, é imprescindível destacar as transformações impostas pela construção da Hidrelétrica de Xingó, inaugurada em 10 de junho de 1994, desencadeando novas dinâmicas no baixo São Francisco.

Ofícios tais como a olaria, ou a prática da rizicultura, presente no cotidiano daquelas pessoas há 50 anos, não existem mais. Parte desse desaparecimento deve-se às sucessivas intervenções no Rio São Francisco que interferindo no regime das águas não permite mais os ciclos de cheias que garantiam o plantio do arroz e o depósito de boa argila com a qual se fabricava telhas e tijolos (Barros, 2017, p. 395).

O desaparecimento desses ofícios, como destacado pela autora, para além da necessidade de se reinventar em busca de novos meios de sobrevivência, tem provocado também o desaparecimento de cantos populares presentes na prática dessas atividades. Além desses aspectos, o fazer de utensílios do cotidiano vinculado a pesca foi se perdendo, a exemplo dos artefatos como tarrafa³ (figura 3) e remo⁴ (figura 4).

³ A tarrafa é uma rede de pesca em forma de círculo. Essa da fotografia foi produzida manualmente por um pescador da Ilha do Ferro.

⁴ O remo é um objeto utilizado para impulsinar e/ou pilotar os barcos. Esse da fotografia foi produzido por um artista escultor da Ilha do Ferro.

Figura 3. Tarrafa produzida por pescador artesanal (2025)



Foto: autores, 2025.

Figura 4. Remo artesanal produzido por artista da Ilha do Ferro (2025)



Foto: autores, 2025.

Nesse contexto de intervenções no Rio São Francisco, principal bem natural dos ribeirinhos que habitam esses arrabaldes, Costa (2019) frisa a importância das atividades presentes ao longo da história e do Rio São Francisco:

Ao longo da História, para além do processo de geração de negócios através da economia criativa ora vigente, da agricultura (feijão, milho, mandioca e batata doce), além da pecuária (criação de caprino, ovino, bovino, suíno e ave), a Ilha do Ferro passou por vários apogeus econômicos, utilizando a água do Rio São Francisco com projetos de irrigação, alguns inclusive financiados com recursos internacionais, a exemplo do investimento nas culturas do pimentão e do arroz, fomentados na década de 70 pelo governo alemão (Costa, 2019, p. 83-84).

Essas dinâmicas têm acarretado o processo migratório dos ribeirinhos para o sul e sudeste, em busca de melhores condições de vida, tendo em vista as transformações que ocorreram no Baixo São Francisco. No entanto, apesar das transformações impostas por estas intervenções, a Ilha do Ferro manteve tradições, saberes e fazeres tradicionais que singularizam o modo de vida no povoado. A preservação do Patrimônio Arquitetônico é um exemplo, mantendo as fachadas tradicionais das casas com suas platibandas.

Dentre os saberes e fazeres tradicionais, destaca-se a produção de arte popular através da criação de esculturas em madeira e o bordado, exposto nos ateliês dos artistas e no Espaço



de Memória Artesão Fernando Rodrigues dos Santos⁵. As esculturas em madeira são fortemente influenciadas pela produção dos barcos de pesca, pois foi a partir deste ofício que se consolidaram popularmente os grandes mestres de canoas da Ilha do Ferro. Nessas confluências históricas entre o saber, a caatinga e o rio, que o artesanato aparece pujante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse percurso de formação territorial do povoado Ilha do Ferro, entre as atividades que desempenharam centralidade na subsistência dos ribeirinhos, a pesca e a produção dos barcos perduram por séculos, até as interrupções da construção da hidrelétrica. O peixe era usado pra consumo e pra revenda, enquanto os barcos eram utilizados como meios de trabalho para a pescaria e também o principal meio de transporte até a década de 80, quando abriu a estrada vicinal que liga a Ilha do Ferro à cidade Pão de Açúcar.

A construção da hidrelétrica implica na alteração do ciclo de reprodução dos peixes e com o tempo vai reduzindo a quantidade e a diversidade das espécies. Nesse contexto, com a retirada do meio de subsistência dos ribeirinhos, o governo propõe alternativas através das políticas públicas socioambientais, a exemplo do Seguro Defeso. A Lei Nº 8.287 de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de Seguro-Desemprego a Pescadores Artesanais, durante os períodos de defeso (Brasil, 1991).

Em 25 de novembro de 2003, sob a Lei Nº 10.779, dispondo sobre a concessão do benefício de Seguro-Desemprego, durante o período de defeso, foi regularizado perante o programa o pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal (Brasil, 2003). Dessa forma, a nova lei citada acima especifica os critérios, os períodos e as exigências referentes ao programa. Por conseguinte, ao longo dos anos, foi inserido novas leis e medidas provisórias que ajustou os trâmites do programa de acordo com as novas realidades que foram surgindo ao longo desses anos.

Enquanto planejando, a política pode ser compreendida sob a atuação do Estado frente ao território através do repasse de renda:

A lógica que sustenta a política é nítida: o Estado compensa o trabalhador quanto às consequências econômicas do exercício de seu poder regulatório e de polícia sobre o meio ambiente e a atividade econômica, adotando como pressuposto lógico-causal do benefício a

⁵ O Espaço de Memória Artesão Fernando Rodrigues dos Santos é um museu universitário da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, inaugurado em 15 de junho de 2017. O espaço contém em seu acervo obras de todos os artistas da Ilha do Ferro e de povoados vizinhos.



noção de que, sendo o poder público o gerador de situação semelhante ao desemprego involuntário, ele mesmo deve compensar monetariamente os atingidos (Chaves, 2018).

As leis de nº 8.287/1991, 10.779/2003, 11.959/2009 e 13.134/2015, demonstram as dificuldades enfrentadas durante a aplicação do programa, tendo em vista a diversidade e complexidade territoriais brasileira. Entre os diversos fatores que dificultam o controle dos beneficiários no programa, está a identificação formal que comprove a atividade pesqueira. A essa etapa onde problematizamos a aplicabilidade:

O grande dilema enfrentado pelo Poder Executivo da União é a verificação do efetivo exercício da pesca artesanal pelo requerente do benefício. As características dessa atividade profissional são tão peculiares que não há viabilidade de se usar um mecanismo tributário de forma universal para essa comprovação: a arrecadação da contribuição previdenciária por meio de “alíquota sobre o resultado da comercialização”, prevista inclusive no texto constitucional (Brasil, 1988, art. 195, § 8o), é feita hoje apenas residualmente por meio de nota fiscal. Isso ocorre porque a comercialização do pescado geralmente é feita entre pessoas físicas e, portanto, de maneira informal – o que impeliu o legislador ordinário a autorizar o recolhimento da contribuição previdenciária também por meio de Guia de Previdência Social (GPS) – e não somente via nota fiscal (Chaves, 2018).

O Baixo São Francisco é formado por 22 municípios, sendo 11 em Alagoas: Delmiro Gouveia, Olho d’Água do Casado, Piranhas, Pão de Açúcar, Belo Monte, Traipu, São Brás, Porto Real do Colégio, Igreja Nova, Penedo e Piaçabuçu; e 11 em Sergipe: Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Amparo do São Francisco, Telha, Propriá, Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande.

Como bem delimitado introdutoriamente, o município de Pão de Açúcar e, mais especificamente o povoado Ilha do Ferro, são recortes analisados nessa perspectiva da materialização do programa (Quadro 1).

Quadro 1 - Número e percentual de cadastrados na Colônia dos Pescadores em Pão de Açúcar – AL (2025)

Localidade	Nº de cadastrados	% em relação ao total municipal
Ilha do Ferro	36	12,2%
Pão de Açúcar	570	2,39%

Fonte: Colônia dos Pescadores de Pão de Açúcar, 2025.
Org. Autores, 2025.



A população de Pão de Açúcar é constituída por 23.823 habitantes (IBGE, 2022), enquanto na Ilha do Ferro, segundo dados disponibilizados pelos agentes de saúde, na data desta pesquisa, residem 300 pessoas no povoado. Segundo informações do presidente da Colônia dos Pescadores do município de Pão de Açúcar, o número de associados à Colônia vem reduzindo gradativamente, o que pode ser compreendido a partir da redução na população residente no povoado e na motivação das pessoas em trabalharem na produção de arte.

Apesar dos números de associados apontarem para a redução, o programa do Seguro Defeso se constituiu como um sustentáculo, junto ao Programa Bolsa Família, para a manutenção do povoado Ilha do Ferro. “Destacamos ainda que as pessoas da Ilha do Ferro não compram peixes na feira de Pão de Açúcar, pois quase todas as famílias são pescadoras, inclusive recebem do governo federal um auxílio naquele período do ano em que é proibida a pesca pelo IBAMA e pelo IMA” (Costa, 2019).

Segundo dados apresentados pelo portal de transparência do governo federal, a quantidade de associados hoje ultrapassam 500 pescadores em todo o município, recebendo quatro parcelas equivalentes ao valor do salário mínimo (R\$ 1.518,00). Esse período de recebimento fica sob fiscalização dos órgãos competentes ligados ao meio ambiente, atuando em todo o Baixo São Francisco, para evitar a pesca e garantir a reprodução das espécies.

Para os pescadores, esse benefício serve para a manutenção de sua subsistência e para ter acesso a alguns bens de uso doméstico. Esse valor ultrapassa a renda dos meses em que a pescaria está liberada, pois a atividade pesqueira artesanal não mantém a mesma linearidade na renda como demais atividades na lógica do mercado profissional. Destaca-se que, apesar da divulgação da Ilha do Ferro enquanto sinônimo de desenvolvimento e economia criativa – um modelo para Alagoas e para o Brasil – a realidade concreta mostra as práticas contraditórias e exploratórias do mercado arte e da indústria do turismo.

Quadro 2 – Número de cadastrados no CadÚnico e beneficiários do Programa Bolsa Família na Ilha do Ferro (2025)

Indicador	Ilha do Ferro	Pão de Açúcar (total)
Famílias cadastradas no CadÚnico	103	6.994
Beneficiários do Bolsa Família	59	5.057

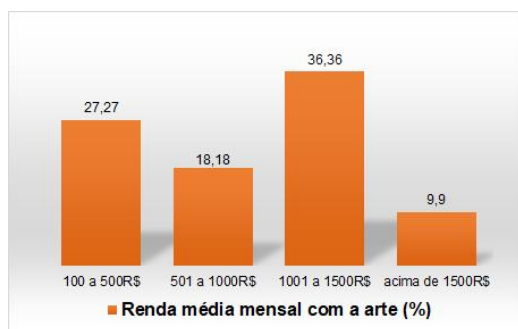
Fonte: Secretaria de Assistência Social de Pão de Açúcar, 2025.
Org. Autores, 2025.



O quadro acima nos mostra como as condições materiais dos moradores da Ilha do Ferro não se desenvolveram de forma plena, como idealizados na mídia pelos diversos segmentos artísticos, culturais e institucionais que falam sobre o lugar. É nesse contexto que os dois programas mencionados se configuram em políticas públicas que alicerçam a manutenção da vida ribeirinha. O uso do território ganha novos contornos com a efetivação do programa, na medida em que assegura a renda dos quatros meses de reprodução dos peixes e garante um valor acima da média com o arrecadado na pescaria. Isso acontece em decorrência da baixa na quantidade de peixes após a construção das hidroelétricas no rio São Francisco, alterando os ciclos de reprodução das espécies.

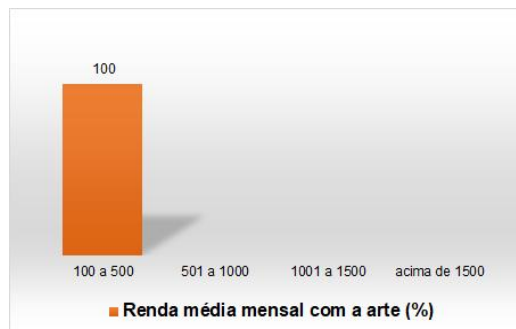
Vale destacar, dentro desses dados, que o valor repassado se configura no mínimo estabelecido pelo governo como base para a subsistência do povo brasileiro (salário mínimo), apesar de ainda permanecer abaixo do poder de compra desejado. No entanto, torna-se acima da média da atividade pesqueira devido as relações inflacionárias do capitalismo com as políticas neoliberais, que priva os trabalhadores dos serviços básicos para a subsistência humana. O uso do território da Ilha do Ferro é potencializado pelo grande capital que se apropria no fluxo do turismo, enquanto o Estado permanece de fundamental importância na subsistência.

Figura 1 – Renda mensal dos/as artistas escultores/as da Ilha do Ferro.



Org. Dias e Sousa, 2024.

Figura 2 – Renda mensal das artistas bordadeiras da Ilha do Ferro.



Org. Dias e Sousa, 2024.

Como bem aponta Dias e Sousa (2024), as condições materiais e as relações de trabalho e econômicas dos artistas da Ilha do Ferro ainda enfrentam dificuldades. Os pescadores artesanais se encontram, em grande maioria, nessa condição de dependência. Os dados apontados reforçam a necessidade de compreender a complexidade do território, para além dos discursos superficiais que não condizem com a realidade concreta.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos presentes, marcados por diversos comandos verticalizados que implementam a todo custo a austeridade fiscal em território brasileiro, são os programas de políticas públicas que fortalecem as camadas populares da sociedade na luta pelo território e pela cidadania. O Seguro Defeso do Pescador Artesanal pode ser compreendido dentro dessas políticas que ampliam o direito à cidadania e fortalece as vias da constituição e consolidação de territórios.

Além da contribuição no que tange aos aspectos ambientais, quando se trata da preservação e reprodução das espécies presentes no baixo rio São Francisco, o programa foi fundamental na melhoria da qualidade de vida dos pescadores. O fluxo de renda no período de pagamento se torna maior dentro do município, desencadeando o fortalecimento do comércio local e proporcionando o poder de compra para os grupos que durante muitos anos sobreviveram da pesca como subsistência.

A transferência de renda realizada pelo Estado, como apontado nos dados dessa pesquisa, materializa-se historicamente como um sustentáculo da economia e da condição social dos ilhadoferrenses. O seguro defeso e o programa bolsa família atendem sobretudo aqueles moradores que não conseguem se inserir no processo produtivo da arte e necessitam dessa renda. O quantitativo referente ao CadÚnico, associado aos gráficos de renda das esculturas e dos bordados, contradizem o discurso do desenvolvimento socioeconômico a partir da economia criativa do arte. O que se materializa é o processo de apropriação do lugar por agentes que se introduzem na comunidade para a reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

BARROS, Rachel Rocha de Almeida. *Bordado Boa-Noite da Ilha do Ferro*: patrimônio cultural, geração de renda e desenvolvimento regional. **Latitude**, v. 11, n. 2, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991. **Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1991. Revogada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1989/L8287.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. **Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm. Acesso em: 11 set. 2025.



CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2000. Parte I, p. 117-140.

CHAVES, H. et al. O programa seguro-defeso e o debate no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP). In: SACCARO JUNIOR, N. L.; ROCHA, W. M.; MATION, L. F. (Orgs.). *CMAP 2016 a 2018: estudos e propostas do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais*. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2018.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Parte I, p. 15-47.

COSTA, J. J. C. *Morena Teixeira: o fio da palavra e a tecitura da vida* (Tese de doutorado). Maringá: Programa de Pós-Graduação em Letras Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2019.

DIAS, D. R.; DA COSTA, J. J. C.; DOS SANTOS, C. C. O Impacto da pandemia sobre a produção de arte popular na Ilha do Ferro –AL. **REVISTA EQUADOR**, v. 12, n. 2, p. 278-292, 2024.

DIAS, D. R.; SOUSA, R. As condições materiais e as relações de trabalho dos/as artistas da comunidade Ilha do Ferro/AL. In: FECHINE, J. A. L.; ALMEIDA, R. S.; SILVA, M. P. C. *A geografia das águas do rio São Francisco: ensino, pesquisa e extensão no sertão alagoano*. Recife: Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2024. p. 92-108.

GIL, A. C. *Método e técnicas em pesquisa*. 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 1999.

IBGE. **Pão de Açúcar (AL)**. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/pao-de-acucar.html>. Acesso em: 17 set. 2025.

PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL. Disponível em: <<https://portal.datransparencia.gov.br/programas-e-aco/acao/0585-pagamento-do-seguro-desemprego-ao-pescador-artesanal>>. 2025.

ROSSI, Rafael. A perspectiva territorial no debate das políticas públicas: Contribuições a partir da problematização geográfica. **GeoGrahos**. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 6 de enero de 2013, vol. 4, nº 33, p. 34-51. [ISSN: 2173-1276].

SANTOS, C. C. **Transformações das relações rural-urbano desencadeadas por grandes empreendimentos hidrelétricos: reflexões a partir de Petrolândia - PE**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 270, 2019.

SANTOS, F. R. **Um jeito de olhar – Fernando Rodrigues dos Santos**. In: COSTA, Jairo José Campos da (org.). Arapiraca: EdUneal, 2017.



SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999.

SILVEIRA, M. Laura. **Território usado**: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. 2011.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal. **PatryTer**, v. 2, n. 4, 2019.